

Na primeira edição do ano, o *Jornal do CFO* publica entrevista com *Swedenberger Barbosa*, secretário-executivo da Casa Civil e cirurgião-dentista, que defende maior inserção da Odontologia nas políticas de governo. “O essencial é a saúde bucal estar inserida de uma maneira mais forte na política de saúde do país”.

Márcia Gouthier



Ética com democracia

foto Ivone Marcarini



Plenária final da 3ª Coneo, que contou com o voto de 282 representantes da classe

A grande mudança trazida pela 3ª Coneo – Conferência Nacional de Ética Odontológica, que aconteceu entre 11 e 14 de dezembro, em Florianópolis, está mais na forma do que no conteúdo, com o diferencial de afirmar a democracia como forma soberana de debate na classe. Esta é a avaliação unânime dos relatores que sistematizaram as propostas votadas nos grupos de trabalho e na plenária final do evento. Com 282 representantes, inclusive das profissões auxiliares, a classe debateu durante três dias a estrutura de seu Código de Ética. “A 3ª Coneo refinou o texto do Código de Ética, tornando mais simples as interpretações jurídicas”, resume o tesoureiro do CFO e relator geral da conferência, Lester Pontes de Menezes. Já o relator do GT 2, Joaquim Cerveira, destaca a representatividade do novo Código. “Até pouco tempo atrás, o Código de Ética era de gabinete, mas agora ele passa a ser de convenção”.

PÁGINAS 4 E 5.

3 *Cárie Zero*

Para o CFO, só com cárie zero poderemos falar em fome zero no Brasil

6 *Perfil do CD*

CFO divulga primeiros resultados da pesquisa sobre perfil do CD brasileiro

9 *Especialização*

Mais informações sobre o registro nas cinco novas especialidades odontológicas



Dentes saudáveis para matar a fome

Dr. Miguel Nobre
Presidente do CFO

Começamos 2003 com a renovação do governo federal e (em boa parte) do Congresso Nacional, bem como dos governos estaduais e suas assembleias legislativas. Agora, passado o período inicial de ajustes políticos, Executivo e Legislativo entram para valer no esforço de cumprir a agenda de reformas proposta pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Enquanto o Congresso Nacional abre efetivamente seus trabalhos, o Ministério de Lula entra em seu terceiro mês tendo de mostrar força e união para levar a cabo as tão esperadas reformas da Previdência e tributária. Nesse sentido, um dos méritos deste governo tem sido sua aproximação com a sociedade organizada para debater as prioridades nacionais, a exemplo do que tem feito o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini – sem falar na criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que tem a espinhosa missão de viabilizar o prometido “pacto social”. Mas certamente o maior mérito de Lula é ainda outro: o de pôr na ordem do dia a discussão sobre a urgência de se acabar com a fome no Brasil. Afinal, ninguém discute que esta é a prioridade das prioridades.

No entanto, é interessante observar como o combate à fome acaba tendo de se associar a outros combates tão urgentes quanto. Um deles é o combate à cárie e demais doenças bucais, afinal de contas, quem há de questionar a importância

de se ter dentes sadios para mastigar e digerir bem uma refeição?

Para mostrar que o exemplo não deve partir somente do governo federal mas de todos os brasileiros responsáveis, o Conselho Federal de Odontologia está lançando, nesta edição, um chamado a toda a classe odontológica. Na página ao lado, sob o título “Fome Zero, Cárie Zero”, estamos propondo que todas as instituições ligadas à categoria, incluindo a indústria e o comércio odontológico, se unam em torno do desafio de reduzir igualmente a zero o índice de brasileiros que não possuem uma escova de dente e que permanecem sujeitos a contrair cárie, câncer e outras doenças bucais.

Vamos fazer um grande mutirão e dar ao país um exemplo de força e solidariedade. Estamos abrindo esse projeto para que todos participem, em seu estado e sua cidade. Escrevam, liguem, dêem sugestões, busquem doações. Vamos construir juntos esta campanha.

Como dizia o saudoso Herbert de Sousa, o Betinho, “quem tem fome tem pressa”.

O CFO tem certeza de que matar a fome de comida e de saúde é o primeiro passo para matar outras fomes das quais o povo brasileiro sofre há séculos: a fome da Ética, a fome da Democracia e a fome da Justiça.

FALE COM O PRESIDENTE DO CFO
presidente@cfo.org.br

NOTAS

CFO recebe solicitação da ABRO

O plenário do CFO recebeu em audiência oficial, dia 24 de janeiro, a diretoria da ABRO – Associação Brasileira de Radiologia Odontológica, que solicitou a volta do antigo nome da especialidade: Radiologia Odontológica. O novo nome, “Imaginologia Dento-Buco-Maxilo-Facial”, foi votado durante a 2ª ANEO. A entidade quer a volta ao antigo nome, embora reconheça que a mudança foi uma decisão soberana do plenário reunido em Manaus.

“O CFO só se manifestará após ouvir todos os CROs. É nosso compromisso respeitar o que foi votado”, explicou o secretário-geral e presidente da Comissão Executiva da 2ª Aneo, Marcos Santana. O documento será encaminhado aos Regionais.

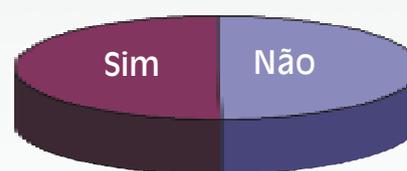
CROs de SC e BA têm novos presidentes

Em Santa Catarina, o segundo turno das eleições apontou Sidnei José Garcia como futuro presidente do CRO-SC. Já o CRO-BA elegeu Mário Dourado Queiroz como futuro presidente da autarquia, em eleição também decidida em dois turnos.

Política odontológica

Em documento chamado “Fome Zero e Boca Cheia de Dentes”, CDs de 11 estados ligados ao PT, PC do B e PSB sugerem ao Ministério da Saúde a conclusão do levantamento epidemiológico nacional (SB 2000) e a realização da III Conferência Nacional de Saúde Bucal. O texto recomenda adoção de mais de 20 diretrizes para o setor. Veja mais no site do CFO: www.cfo.org.br

SUA OPINIÃO



Sim- 49,66% > Não- 50,34%



O CFO quer **Sua Opinião** na próxima edição: **“VOCÊ ACHA QUE OS PERCENTUAIS DA PESQUISA DO PERFIL DO CD (ANTECIPADOS NESTA EDIÇÃO) CORRESPONDEM À REALIDADE?”**

Participe: www.cfo.org.br



Av. Nilo Peçanha,
50 - Grupo 2316
CEP 20044-900
Rio de Janeiro/ RJ

Tels: (21) 2262-0369 e 2262-0419
Fax: (21) 2262-4681 e 2524-0042
E-mail: cfo@cfo.org.br
Site: www.cfo.org.br

Sede no DF. SHC-AO-Sul-EA-02/08-
Lote 05 - Ed. Terraço Shopping,
Torre A/sala 207 - Bairro Otogonal
CEP 70660-020 - Brasília
Distrito Federal
Telefone: (61) 234-9909
Editor e Jornalista Responsável:
Marcelo Pinto (MTB 19936)
Repórteres:
Vitor Fraga e Ana Maria Freitas
(estagiária)
Sol Comunicações Ltda.
(jornal@cfo.org.br)

Projeto Gráfico e Edição de Arte:
Metara Comunicação Visual
(estudiometara@terra.com.br)

Assessoria, Divulgação e Publicidade
Roberto Fonseca - (21) 9965-2617
Perfil Impresso Assessoria
e Planejamento Gráfico Ltda.

DIRETORIA

Presidente

Miguel Álvaro Santiago Nobre
(Rio Grande do Sul)
E-mail: presidente@cfo.org.br

Vice-Presidente

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
(Mato Grosso do Sul)
E-mail: vice-presidente@cfo.org.br

Secretário-Geral

Marcos Luis M. de Santana (Sergipe)
E-mail: secretario@cfo.org.br

Tesoureiro

Lester Pontes de
Menezes (Rondônia)
E-mail: tesoureiro@cfo.org.br

Conselheiros Efetivos

Emanuel Dias de Oliveira e Silva
(emanuel@cfo.org.br - Pernambuco) Ivon
Corrêgio de Figueiredo Sucasas

(ivonsucasas@cfo.org.br - São Paulo); Má-
rio Ferraro Tourinho Filho
(marioferraro@cfo.org.br - Bahia)
Roberto Eluard da Veiga Cavali
(robertocavali@cfo.org - Paraná); Rutilio
Caldas Pessanha
(rutiliopessanha@cfo.org.br -
Rio de Janeiro)

Conselheiros Suplentes

Benício Paiva Mesquita (Ceará);
Elphego Wanderley de Souza Júnior
(Piauí);
Hildeberto Cordeiro Lins (Alagoas);
Irma Neuma Coutinho Ramos
(Paraíba);
Maria Izabel de Souza Ávila Ramos (Ama-
pá);
Messias Gambôa de Melo (Pará);
Norberto Francisco Lubiana

(Espírito Santo);
Selene Machado Costa Guedes
(Amazonas);
Wilson Antônio Steinwandter
(Santa Catarina);
Assessor Especial
Jacques Narcisse Henri Duval
(São Paulo)

Comissão Editorial do Jornal do CFO

Presidente: Clemente Galvão Neto
Coordenador Geral:
Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
Membros: Irma Neuma C. Ramos;
Norberto Francisco Lubiana
Sugestões e colaborações para
o Jornal do CFO
E-mail: jornal@cfo.org.br

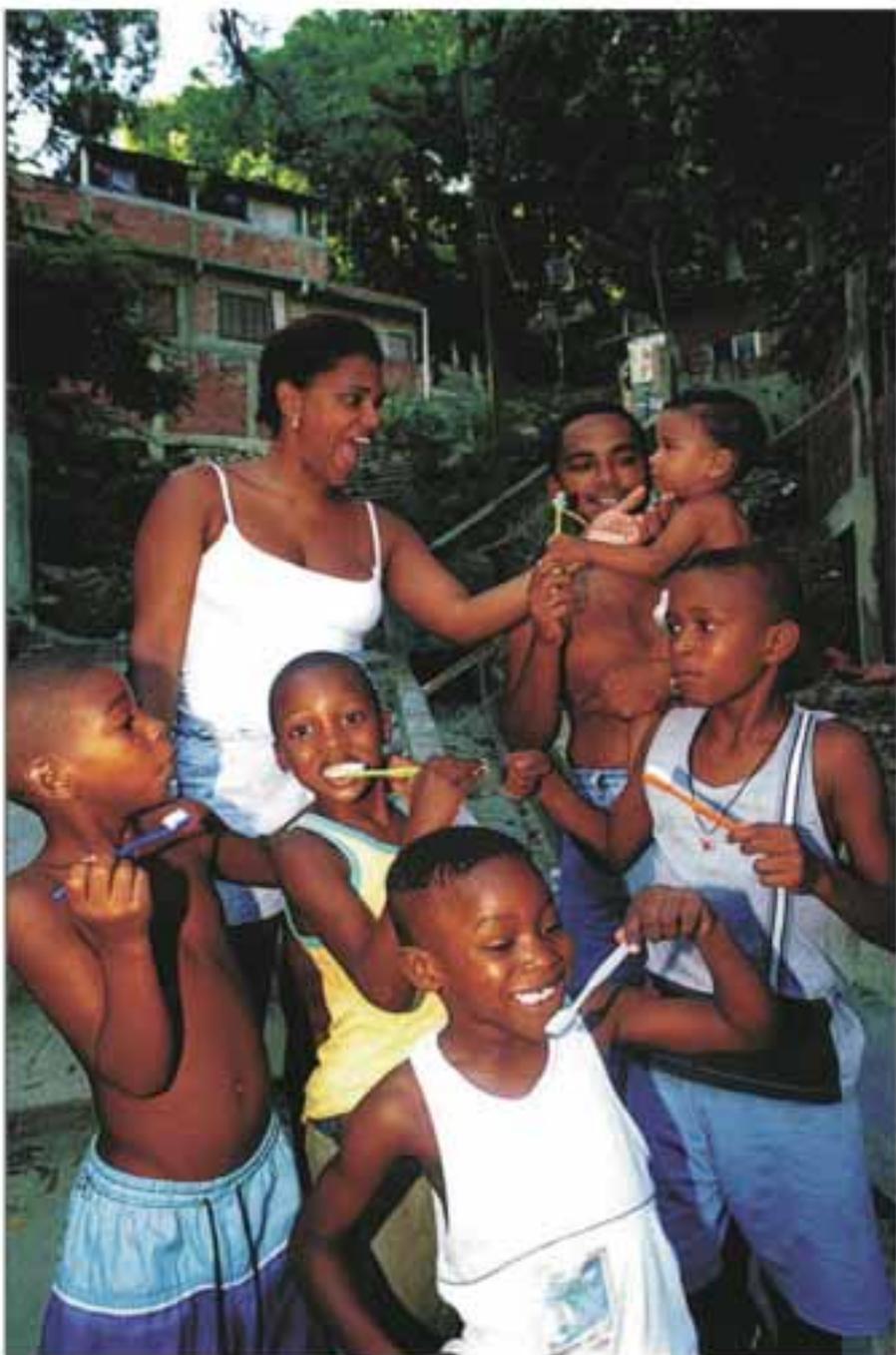


Esta autarquia federal, auditada pelo Tribunal de Contas da União, atesta que o Jornal do Conselho Federal de Odontologia possui tiragem de 240 mil exemplares, distribuídos para todos os profissionais de Odontologia inscritos nos Conselhos Regionais, bem como para associações científicas, academias, sindicatos, federações sindicais, universidades, centros de ensino, Congresso Nacional e órgãos da Saúde, Educação e Trabalho ligados às esferas municipal, estadual e federal.

Artigos assinados podem não refletir, necessariamente, a opinião do CFO e são de inteira responsabilidade dos autores.

Fome Zero, Cárie Zero

Vanor Correia



Se acabar com a fome no Brasil é prioridade do governo federal, ter uma população com dentes saudáveis é condição primordial para isso

O cuidado com a saúde bucal está na cabeça dos brasileiros. Uma pesquisa informal realizada recentemente pelo Fantástico, da Rede Globo de Televisão, descobriu que a invenção mais importante da História é... a escova de dentes! O Fantástico ouviu brasileiros em São Paulo, Curitiba, São Luís, Cuiabá e Juiz de Fora. A escova de dentes obteve

39% dos votos, mais de um terço do universo de entrevistados.

O resultado surpreendente acompanhou a tendência revelada por uma pesquisa do MIT (Massachusetts Institute of Technology), também divulgada pelo programa de TV, na qual os norte-americanos apontaram a mesma escova de dentes como a principal invenção, superando o forno microondas, o telefone celular, o computador pessoal e até mesmo o automóvel. Segundo Richard Price, porta-voz da Associação Dentária dos EUA, faz muito sentido que a escova de dentes esteja no topo da lista já que carros e computadores podem ser renovados. "Mas você não pode renovar seus dentes", diz Price.

Campanha nacional

A campanha contra a fome tornou-se o principal projeto do governo Lula. Com o lançamento do programa Fome Zero (leia detalhes no quadro ao lado), governo e sociedade civil uniram-se num esforço conjunto para acabar com esse flagelo. E a classe odontológica não poderia ficar de fora, afinal só com dentes saudáveis a população brasileira vai poder, de fato, erradicar a fome. "Só se combate 100% a fome com cárie zero", diz Ailton Diogo Rodrigues, vice-presidente do CFO.

Por isso, o Conselho Federal de Odontologia convida todas as entidades de classe, universidades e a indústria odontológica para entrar com unhas (e dentes) nessa campanha: Fome Zero, Cárie Zero. Num grande mutirão, vamos apoiar a iniciativa do governo e aproveitar o alcance do Fome Zero para dar a toda a população condições básicas de higiene bucal, que vão desde a distribuição de escovas de dentes e pasta dental até a orientação profissional de como escovar os próprios dentes – pois, infelizmente, a maioria dos brasileiros sequer teve oportunidade de aprender a cuidar da saúde da boca.

Vamos acabar com a cárie

Já existem articulações entre o CFO e a indústria odontológica para viabilizar a campanha de distribuição gratuita de escovas de dentes. Se você – da indústria e comércio odontológico ou profissional da área – tem alguma idéia de como ajudar a zerar o índice de cárie no Brasil, entre em contato conosco e participe através da nossa página na internet: www.cfo.org.br, ou pelo e-mail do Jornal do CFO: jornal@cfo.org.br.

A luta (contra a fome) continua

Eleito para "articular um novo pacto social", o presidente Lula é um dos negociadores mais hábeis da política nacional. O lançamento do programa Fome Zero é mais uma prova incontestante dessa habilidade. Afinal de contas, alguém ousaria questionar a prioridade do combate à fome? Já em seu primeiro discurso após a vitória na eleição, o presidente declarou que "se ao final de meu mandato, todo brasileiro puder fazer três refeições por dia, terei cumprido a missão de minha vida".

Como funciona o programa

Para beneficiar 1,5 milhão de famílias de 959 municípios do semi-árido até o final deste ano, o governo definiu uma verba de R\$ 1,8 bilhões para o Fome Zero. Piauí, Minas Gerais, Paraíba e Bahia são os estados com maior número de municípios beneficiados. Cada família receberá R\$ 50, depositados em bancos locais. Para sacar o dinheiro, será usado um cartão eletrônico, e o governo vai exigir recibos que comprovem que o valor foi gasto em alimentos. Nos municípios onde não houver agência bancária, o comitê-gestor vai adotar um vale-compras. Segundo a coordenação do programa, cerca de 46 milhões de pessoas passam fome no Brasil atualmente.

Quem inventou a escova de dentes?

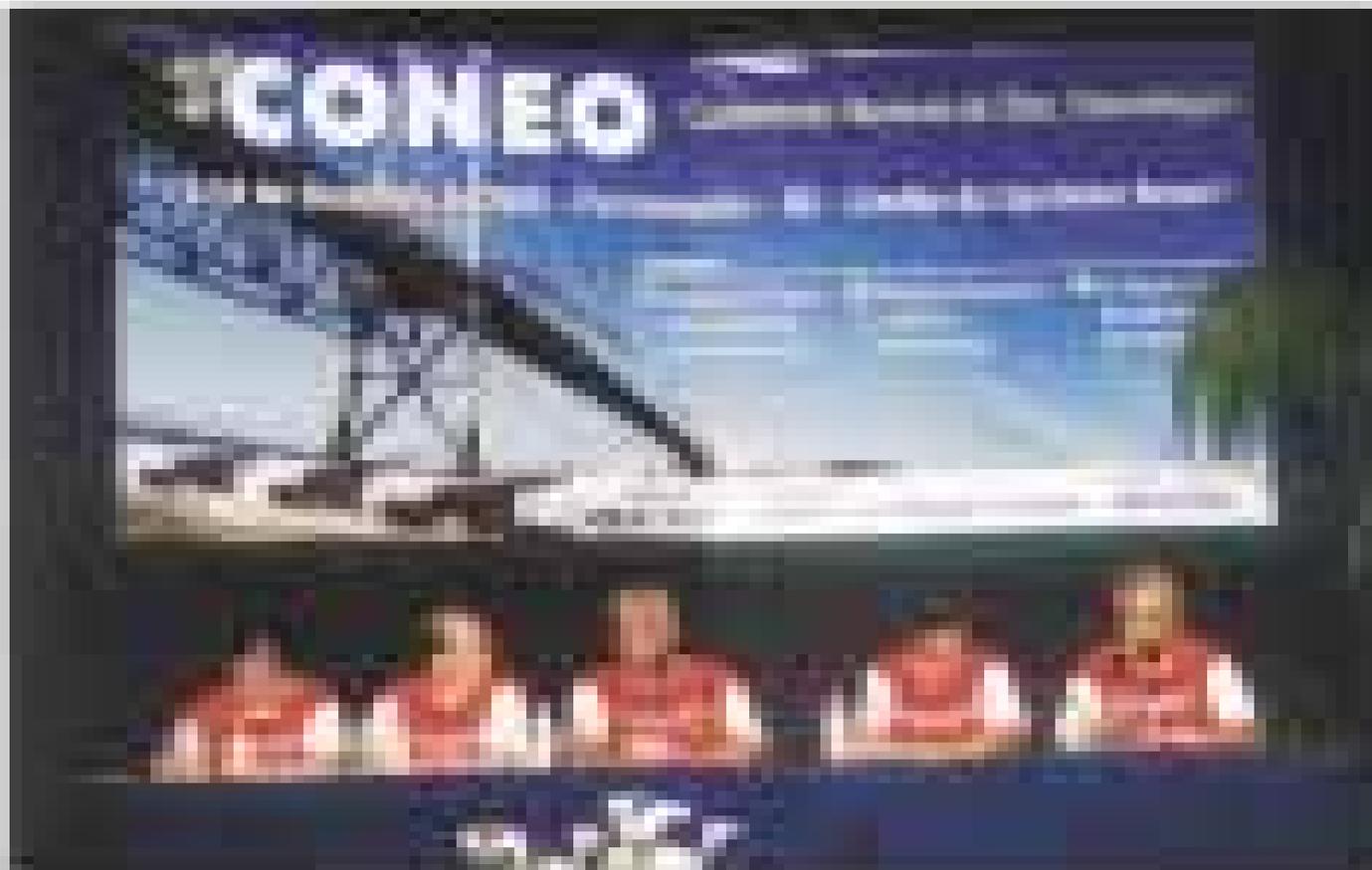
Quem inventou a escova de dentes? A primeira escova de dentes teria sido inventada em 1498, por um imperador chinês. Feita de pêlos de porco, tornou-se popular na Europa, mas devido ao seu alto custo as famílias mais pobres tinham que dividir a mesma escova. Segundo Richard Price, a primeira escova com cerdas de náilon foi criada em 1938.

O índice ideal de consumo de

escovas de dentes é de quatro por ano, ou uma a cada três meses. O último levantamento sobre consumo do produto feito no Brasil, em 1997, indica que metade da população (cerca de 85 milhões de pessoas) não possui escova de dentes. Número confirmado por outra pesquisa: em 1996, levantamento epidemiológico do Ministério da Saúde revelou que 57,41% da população tem dentes cariados.

Código de ética

Fotos Ivone Marcarini



Relatores Joaquim Cerveira (GT 2), Rogério Zimmermann (GT 4), Lester de Menezes (geral), Mário Ferraro Filho (GT 3) e Casimiro de Almeida (GT 1)

Classe reunida em Florianópolis, entre 11 e 14 de dezembro, vota novo Código de Ética. Relatores da 3ª Coneo destacam o fato da mudança ter a chancela de representantes dos 27 estados.

A grande mudança trazida pelo novo Código de Ética, votado na 3ª Coneo (Florianópolis), em dezembro, não está no conteúdo e sim na forma. Esta é a avaliação unânime dos relatores que sistematizaram as propostas votadas nos grupos de trabalho e na plenária final do evento.

Planos de saúde

Ainda assim, foram significativas as mudanças votadas pelos representantes da classe – 282 no total, incluindo representantes das profissões auxiliares. A relação com as operadoras de saúde, por exemplo, é tratada com mais rigor pelo novo texto. O capítulo que trata do assunto ganhou quatro incisos e uma pequena, mas substancial, alteração no parágrafo 3º (artigo 22), acrescentando como infração ética o “desconto com finalidade de aliciamento”. Os incisos definem outras infrações: “deixar de prestar os serviços ajustados no contrato”; “oferecer serviços profissionais como prêmio em concurso de qualquer natureza”; “elaborar planos de tratamento para serem executados por terceiros”; “prestar assistência/serviços odontológicos a empresas não

Temas para reflexão

Consultor jurídico do CFO há 32 anos, Marcos Halfim participou de um debate com o conselheiro federal da OAB, Alberto de Paula Machado, e o professor de Ética da Faculdade de Odontologia da USP, Dalton Ramos. Nele, defendeu pontos de “consequência prática”, como a instituição do exame para verificação de capacitação técnica para o CD recém-formado e a modificação das punições atuais do Código de Ética, a fim de incluir a suspensão

temporária para o CD que causou dano ao paciente – suspensão seguida de um curso de readequação e nova avaliação técnica junto ao Conselho. O advogado defendeu também que a perícia verifique a veracidade de cada denúncia, de modo a garantir um julgamento justo ao profissional.

Alberto de Paula Machado vê muitas semelhanças entre a prática do Direito e da Odontologia. “O controle da ética profissional é uma preocupação comum entre CDs e Advoga-

dos. Nós precisamos difundir essas normas (do Código de Ética) e fazer um controle mais efetivo. É preciso que a própria sociedade saiba quais são as normas éticas que os profissionais são obrigados a seguir, isso porque o primeiro fiscal da ética profissional deve ser o próprio cliente”.

Para o CD Dalton Ramos, quanto maior o nível de excelência do profissional maior deverá ser o nível de exigência na reflexão sobre ética.



mais democrático

inscritas nos Conselhos Regionais”. Foi aprovada também a criação de um novo capítulo, que define a participação do responsável técnico de empresas prestadoras de serviço odontológico.

“Não é o que não pode, mas como pode”

O texto votado acabou entrando em sintonia com uma afirmação do presidente do Conselho Federal de Odontologia, Miguel Nobre. Na noite de abertura, ele disse que o mais importante a ser discutido no Código de Ética “não é o que não pode, mas como pode”.

Na avaliação do relator do GT 2, o gaúcho Joaquim Cerveira, as poucas mudanças devem ser encaradas como um sinal positivo, de que o Código aprovado na 2ª Coneo, em 1998, era contemporâneo. Segundo ele, o que mais carecia de aperfeiçoamento era a forma do texto, a fim de evitar problemas de interpretação. “A relação ética da Odontologia com a sociedade sempre vai gerar algum tipo de conflito, mas em linhas gerais o instrumento que se coloca à disposição da classe e das assessorias jurídicas de suas entidades facilita a mediação desses conflitos”, explica. “A 3ª Coneo refinou o texto do Código de Ética, tornando mais simples as interpretações jurídicas”, concorda o tesoureiro do CFO e relator geral da conferência, Lester Pontes de Menezes.

Joaquim Cerveira destaca ainda a representatividade do novo Código. “Até pouco tempo atrás, o Código de Ética era de gabinete, mas agora ele passa a ser de convenção. A gente pode até ter

divergências em alguns pontos, mas a democracia é soberana”. Aliás, a soberana democracia deve frustrar alguns CDs, pois o clínico geral só poderá anunciar a especialidade em que atua se possuir o registro junto ao Conselho. Um dos principais pontos levantados nas pré-conferências estaduais era justamente a não obrigatoriedade do registro para fins de propaganda.

“A Lei 5.081 está acima do código”

Para o relator do GT 1, o CD fluminense Casimiro Abreu Posante de Almeida, há uma explicação para a mudança do Código de Ética ter se restringido mais à forma que ao conteúdo. É que muitas das alterações propostas nas pré-conferências violavam a lei 5.081, que rege o exercício da profissão e, como lembra o relator, está acima do Código de Ética Odontológica.

Por outro lado, Casimiro destaca como pontos positivos a discussão em torno do ensino, das formas de comunicação e do compromisso ético das entidades que prestam serviço odontológico. “O Código não foi revolucionado, ele foi reformado”, resume o relator.

Antes de ser publicada no Diário Oficial da União, a tese central votada na 3ª Coneo deve passar, ainda no primeiro semestre de 2003, por uma revisão final pelo plenário do Conselho Federal de Odontologia. Só então passará a existir, oficialmente, o novo Código de Ética Odontológica.

▶ O texto votado na 3ª Coneo está à disposição para consulta no site do CFO: www.cfo.org.br.

De todos para todos

Durante a cerimônia de abertura da 3ª Coneo, em que a ética foi a convidada de honra, o secretário da Comissão Relatora do evento e presidente do CRO-SC, Cláudio Barbosa Fontes, destacou a importância estratégica do setor jurídico dos Conselhos para lidar com o que chamou de “descompasso entre código de ética e código do consumidor”. Ao final, para reforçar a relevância da ética profissional, citou o filósofo grego Epicuro: “Impossível ser feliz sem ser correto, sábio e justo; impossível ser correto, sábio e justo sem ser feliz”. E conclamou: “Que aqui possamos escrever novas e históricas páginas da ética odontológica”.

O presidente do CFO, Miguel Nobre, por sua vez, exaltou o fato de todas as entidades nacionais da Odontologia estarem reunidas para revisar juntas o seu código de ética. “Hoje, somos quase 240 mil profissionais de Odontologia em todo o Brasil. Este número dá a dimensão da responsabilidade que é debater, votar e revisar o Código de Ética”, afirmou, diante de um público composto por dirigentes de entidades e faculdades de Odontologia e diversos representantes da classe, além dos advogados dos Conselhos. Estavam à mesa oficial, além

dos presidentes do CFO e do CRO-SC, o vice-presidente do CFO Ailton Diogo Rodrigues, o tesoureiro Lester Pontes de Menezes, o secretário-geral Marcos Santana, o presidente da FNO, Fernando Gueiros, o presidente da FIO, José Carrizo Brom, o vice-presidente da ABO Nacional, Norberto Lubiana, e o professor emérito de Ética da Unisinos (São Leopoldo-RS), Carlos Roberto Velho Cirne Lima.

Aula de “ethos”

Para fechar a noite, o professor Carlos Roberto Lima falou ao público sobre ética nos dias atuais. Explicou que a palavra vem de “ethos” e quer dizer “lugar no qual nos situamos”. O exercício da ética consistiria em trabalhar pela ordem e harmonia universais. “Existe a lei boa e a lei má. Fazer a distinção entre elas é algo que sempre ocupou os filósofos gregos”, disse o professor.

“Reformular a lei é algo natural e necessário”, observou ele, para quem a descoberta do genoma, o código genético humano, está obrigando a ciência a rever alguns de seus postulados. “Antigamente, o fato de uma pessoa ter dentes tortos era visto como algo inevitável. Mas com o advento dos aparelhos ortodônticos isso mudou e tal conceito ético precisou ser revisto”, exemplificou.



Pesquisa revela novo perfil do CD

fotos Vanor Correia



Numa iniciativa inédita, CFO, Abeno, ABO, AcBO, FNO e FIO encomendam pesquisa sobre o perfil sócio-econômico do cirurgião-dentista brasileiro. O resultado, a ser entregue ao Ministério da Saúde, secretárias de Saúde e instituições odontológicas, servirá como subsídio para planejamento e desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a saúde bucal.

A maioria dos cirurgiões-dentistas brasileiros é muito parecida com a carioca Gisele Monteiro Moreira, 32 anos, que aparece em seu consultório próprio na foto ao lado. É o que se conclui após ler o resultado da primeira pesquisa encomendada para revelar o perfil sócio-econômico e as expectativas profissionais do CD.

Realizada pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas (Inbrape) entre os dias 24 de agosto e 6 de setembro do ano passado, a consulta foi possível graças à parceria firmada entre Conselho Federal de Odontologia (CFO), Associação Brasileira de Ensino Odontológico (Abeno), Associação Brasileira de Odontologia (ABO), Academia Brasileira de Odontologia (AcBO), Federação Nacional dos Odontologistas (FNO) e Federação Interestadual dos

Odontologistas (FIO). Exatos 614 CDs – escolhidos pelo critério da proporcionalidade, que reproduz a distribuição demográfica nacional – responderam por telefone (leia quadro na página ao lado) questões sobre formação profissional, mercado de trabalho, vida associativa, qualidade de vida, bens, políticas públicas e características gerais. A margem de erro da pesquisa é de 4% para mais ou para menos.

Média nacional

Mas por que Gisele encarna tão bem a média nacional dos graduados em Odontologia? Para começar, porque é mulher – elas são maioria com 57,5%. Depois, porque é casada (54,2%), graduada em faculdade particular (52,1%) e só atende no meio urbano (96,9%). Mas também porque já completou sete anos de formada (passando a integrar os 55,5% com até 10 anos de profissão), fez pós-graduação (57,3%), tendo se especializado (42%), embora ainda não seja registrada, como especialista, no seu CRO (66,1%). E porque trabalha no Rio de Janeiro – 60,6% atuam na Região Sudeste.

Pesquisa será apresentada no dia 11 de abril

Com esta pesquisa, o CFO espera levar ao Ministério da Saúde, secretárias de Saúde, classe odontológica e a toda a sociedade um conjunto valioso de informações, que deverá se aliar ao Censo da Saúde Bucal (a ser concluído este ano pelo governo federal) na missão estratégica de garantir mais eficácia no planejamento e desenvolvimento de políticas públicas ligadas ao setor.

A apresentação oficial da pesquisa acontecerá durante a solenidade de entrega da Medalha de Honra ao Mérito Odontológico Nacional (39º aniversário dos Conselhos), em 11 de abril. Nesta noite a diretoria do CFO entregará a

cada um dos presentes um exemplar em CD-Rom com todas as informações sobre o novo perfil do cirurgião-dentista.

Odontologia pública

Entre os caminhos apontados pela pesquisa, destaca-se o da saúde pública. Somente 26,2% dos entrevistados revelaram ter emprego público, enquanto 51,5% mostraram o desejo de um dia trabalhar no PSF/SUS.

Gisele Moreira, por exemplo, gostaria muito de integrar o sistema público. Desejo já realizado pela CD Roxana Maria Araújo de Sena Pinto. Formada em 2002 pela Universidade Federal de Alagoas, ela entrou no mesmo ano para o PSF, atendendo habitantes de União de Palmares (AL). Sua expectativa em relação ao novo governo é de que as indicações de que haverá um maior investimento em saúde pública se concretizem. “O comentário por aqui é de que haverá concursos públicos para o PSF. Hoje, os profissionais do estado ainda trabalham por contrato”, revelou ao Jornal do CFO. Curiosamente, ao serem perguntados sobre o que esperavam da atuação dos parlamentares quanto à Odontologia, somente 3,8% responderam “mais funcionários no setor público” – outros 12,2% destacaram “campanhas de prevenção”. Pois se dependesse de Gisele estes números seriam maiores. “Primeiro, a Odontologia pública precisa ser valorizada, porque aí haverá mais prevenção, e a consequência disso será um maior acesso do povo ao atendimento e a elevação do piso salarial”, raciocina. Carlos Renato Dias, formado em 1975 pela UFMG, vai além. “A Odontologia deve assumir cada vez mais seu caráter preventivo. Ganha-se dinheiro com prevenção, e não só no setor público. O profissional pode ter uma lista de pacientes e trabalhar apenas com consultas preventivas”, ensina. (Em tempo: 72,2% disseram possuir

consultório próprio; 24,5%, alugado; 3,3% não possuem).

E os auxiliares?

Do universo da pesquisa, 43,3% afirmaram trabalhar com profissionais auxiliares. Destes, 72,2% citaram ACDs, 18,8% THDs e 13,5% TPDs. Detalhe: entre os CDs que trabalham com ACDs a maioria é mulher (73%), tem mais de 30 anos (72,6%), tem de 6 a 10 anos de formado (75,9%) e vive no Nordeste (88,1%). Com sete anos de formada, a gaúcha Lidiane Moreira da Rosa acaba de incorporar profissionais auxiliares à sua equipe. “Acho muito importante”, declara. Carlos Renato Dias (MG) é da mesma opinião.

Doenças do trabalho

Ao contrário do que se poderia esperar, a pesquisa revelou um baixo número de profissionais com doenças do trabalho. Apenas 19,9% admitiram sofrer algum mal. Tendinite, problema na coluna, LER (lesão por esforço repetitivo), bursite e hérnia de disco foram, nessa ordem, os casos mais citados. A maioria (95,5%) jura respeitar ergometria e biossegurança em seus consultórios. Será? Ouvida pelo Jornal do CFO, Patrícia Lorenzi (RS) diz sofrer de dores na coluna, em função de má postura. “Só tive aulas de Ergonomia no 5º período da faculdade. A essa altura minha postura já estava viciada. Deveríamos ter Ergonomia nos primeiros períodos, antes de começarmos a atender pacientes. Assim, o profissional já começaria com a postura correta, não seria preciso corrigir depois”, propõe. Já para Cláudia Oliveira Soares, carioca formada há quatro anos, o avanço da tecnologia deve diminuir o índice dessas doenças. “Talvez tivesse tendinite se fizesse raspagem manual nos pacientes. Mas faço com ultra-som, e isso me livra desse problema”. Aliás, no item “preferência em equipamentos”, “mais tecnologia” obteve 51,5% e “básico com preços menores” 37,9%.

As novas tecnologias da comunicação, pelo visto, fazem parte do dia-a-dia do CD médio: além de telefone celular, a maioria possui consultório informatizado, acessa a internet e visita sites de entidades odontológicas, sendo os campeões de visitas os sites dos Conselhos de Odontologia (73,5%).

Tabela de valores

Mas como se comporta o CD na hora de cobrar pelo seu trabalho? De acordo com a pesquisa, 51,1% conhecem os Valores Referências para Procedimentos Odontológicos (VRPO, ex-VRCC). Destes, 39,2% dizem cobrar preços iguais à tabela; abaixo, 19,4%; acima, 14,6% - 26,8% dizem não utilizar.

Quanto aos convênios, não parecem ser mais um grande atrativo. Menos de 50% dizem traba-

lhar com planos de saúde, de onde a maioria tira no máximo 20% de seu rendimento. E por falar em rendimento, cerca de 25% dos CDs recebe uma média mensal de R\$2.500; em segundo lugar vêm os que recebem entre R\$3.600 e R\$5.200 – 24% não informaram.

E você, escolheria novamente a Odontologia? Se a resposta é afirmativa, você pensa como 69,1% dos consultados pela pesquisa. Otimista com o futuro da profissão? Bom, 69,5% responderam sim.

Resta torcer para que essa taxa de otimismo sirva como combustível na construção de um futuro melhor, tanto para a classe como para a população.

MARCELO PINTO E VITOR FRAGA

Critério da proporcionalidade

Qualquer pesquisa que queira fazer o mais fiel raio-x sócio-econômico do cirurgião-dentista brasileiro deverá usar o critério científico da proporcionalidade. Não por acaso, o número de entrevistados de cada estado e do Distrito

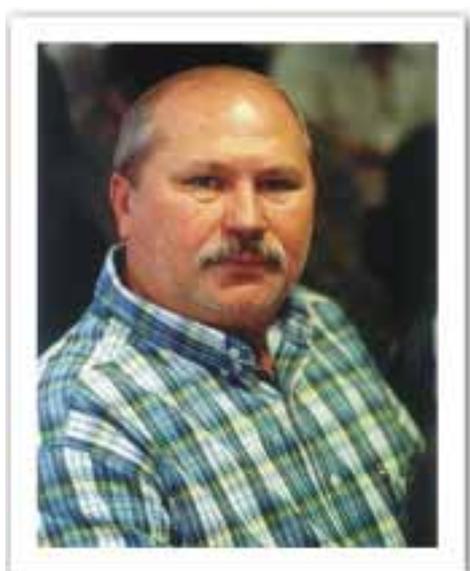
Federal ouvidos pelo Inbrape foi determinado pela fatia que estas unidades federativas (em percentuais de CDs) representam no mapa nacional. Veja a seguir o percentual e o número de entrevistados por estado.

Acre	0,7%	4	Paraíba	1,3%	8
Alagoas	0,8%	5	Paraná	5,9%	36
Amapá	0,5%	3	Pernambuco	2,8%	17
Amazonas	1,1%	7	Piauí	0,7%	4
Bahia	2,8%	17	Rio de Janeiro	11,7%	72
Ceará	1,8%	11	Rio Grande do Norte	1%	6
Espírito Santo	1,6%	10	Rio Grande do Sul	5,7%	35
Distrito Federal	2,3%	14	Rondônia	0,7%	4
Goiás	2,6%	16	Roraima	0,5%	3
Maranhão	0,7%	4	Santa Catarina	2,8%	17
Mato Grosso	1,1%	7	São Paulo	34,4%	211
Mato Grosso do Sul	1,1%	7	Sergipe	0,7%	4
Minas Gerais	13%	80	Pará	1,5%	9
Pará	1,5%	9	Tocantins	0,5%	3

Lucimar de Souza Leal Pres. do CRO-PI

Formado em 1981 pela Universidade Federal do Piauí, Lucimar de Souza Leal é membro efetivo do CRO-PI desde 1994. Foi secretário da autarquia (entre 1994 e 1996) e também três vezes presidente (gestões 1996/1998, 1998/2000 e 2000/2002), tendo sido reeleito recentemente para o quarto mandato, correspondente ao biênio 2002/2004. O Piauí será o estado piloto do programa Fome Zero, do governo federal (leia mais detalhes na página 3).

Foto: Vanor Correia



Jornal do CFO: Quais foram as principais ações desenvolvidas em seu mandato?

Lucimar de Souza Leal: A execução e interiorização do programa de educação continuada foram os destaques. Acirramos a fiscalização e atuação em convênio com o Sindicato dos Odontologistas do estado do Piauí e a ABO-PI, para a melhor divulgação do compromisso ético do profissional de Odontologia, através da criação de propagandas e campanhas de conscientização sobre a importância da prevenção em saúde bucal e da realização de cursos de atualização profissional.

Elaboramos uma campanha de informação para o acadêmico de Odontologia sobre a função dos CROs, através do manual do recém-formado. Lutamos junto às secretarias de Saúde do estado e dos municípios para melhorar os salários dos profissionais da Odontologia no Piauí, conseguindo um excelente reajuste junto à rede estadual. Criamos também as Delegacias Regionais de Parnaíba e Picos. Registramos ainda a informatização

do CRO-PI e a construção da sede e do auditório da autarquia.

JCFO: Recentemente, o sr. participou de uma reunião entre representantes da Odontologia e os senadores Benício Sampaio e Juvêncio da Fonseca. Como o sr. vê o trabalho de aproximação entre a classe e o poder Legislativo?

Lucimar: O encontro com os senadores teve a finalidade de pleitear a equiparação da carga horária do cirurgião-dentista e do médico no serviço público federal, reduzindo-a de seis para quatro horas.

Toda categoria profissional deve buscar a união com o poder Legislativo. Temos como uma de nossas principais funções ser um órgão consultivo do governo, no que tange o exercício e os interesses profissionais dos cirurgiões-dentistas e auxiliares.

JCFO: A integração informatizada dos sistemas administrativos do CFO e dos CROs facilitou a sua administração? Em que sentido?

Lucimar: Melhorou o desempenho administrativo, tornando-o mais eficaz, acelerando o andamento e resultados dos processos e consultas às informações.

JCFO: Quais os seus projetos futuros?

Lucimar: A modernização das Delegacias Regionais. Além disso, vamos continuar o trabalho em busca de uma Odontologia melhor, com maior integração e interação da classe odontológica.

FALE COM O PRES. DO CRO-PI
cropi@uol.com.br

Namis Levino da Silva Filho Pres. do CRO-RR

A presidência do Centro Acadêmico de Odontologia da Universidade do Amazonas foi apenas o começo. Após a graduação, Namis Levino da Silva Filho atuou no Sindicato de Trabalhadores da Saúde (Sintras) e na Central Única dos Trabalhadores (CUT). Além da presidência do CRO-RR (gestão 02/04), participa do Conselho Estadual de Saúde e assumiu recentemente a coordenação do Fundo Estadual de Saúde de Roraima.

Foto: Arquivo CRO-RR



Qual a importância do debate sobre a Ética Odontológica?

Namis: Ao longo dos anos, o mercado foi impondo regras e nos tornamos reféns dos planos de saúde, convênios e credenciamentos. Hoje são poucos os CDs que atuam seguramente como autônomos. No setor público, a redução dos direitos sociais e a precarização do trabalho decorrentes da crise estrutural do sistema econômico contribuiu em muito para o aumento dos conflitos situados no campo da ética profissional.

Estamos vivendo na era do capital sem pátria, da globalização da economia, da reestruturação produtiva, e muitos valores relacionados à boa prática odontológica passaram a ser menos importantes do que a sobrevivência em tempos de crise. Considero de extrema pertinência o chamamento da Odontologia pelo CFO para essa discussão. Precisamos resguardar o que há de mais sagrado nas nossas vidas, que é a nossa dignidade, e o correto exercício da Odontologia deve estar acima das imposições mercadológicas.

JCFO: Qual a sua expectativa para a área de saúde no governo Lula?

Namis: Espero sinceramente mais recursos para a saúde com a correta aplicação da EC-29, que estabelece os percentuais de investimento em saúde para União, estados e municípios. O fortalecimento da equipe de saúde bucal no Programa de Saúde da Família (PSF), a inclusão da Odontologia no Programa de Interiorização da Saúde (PITS) e, principalmente, a valorização dos profissionais de saúde que atuam no setor público, além de um amplo debate sobre a reforma curricular, modelo pedagógico e o novo paradigma da atenção em saúde.

JCFO: No dia do CD, o CRO-RR realizou uma série de atividades preventivas junto à população. Qual a importância da odontologia social em um país de pelo menos 20 milhões de sem-dentista?

Namis: O evento do dia do CD superou todas as expectativas, tanto no envolvimento dos cirurgiões-dentistas como dos ACDs e THDs. Este país não estará garantindo a cidadania ao seu povo enquanto persistirem políticas locais excludentes de saúde como ocorre com a saúde bucal. Por isso, sempre defendi a socialização da Odontologia, que, aliás, não deve ser confundida com a vulgarização e simplificação exagerada de procedimentos sem comprovação científica. No meu entendimento a Odontologia precisa ocupar o seu espaço nas arenas decisórias da política de saúde do país, até porque sempre atuamos na ponta dos serviços de saúde, sem, no entanto, estarmos na prática definindo qual Odontologia, para qual população e em que condições de trabalho ou mesmo sob qual modelo de atenção e gestão.

JCFO: O ano de 2002 foi marcado por vários eventos nacionais da Odontologia, como a 3ª CONEO.

FALE COM O PRES. DO CRO-RR
namis@globocom

CFO e CFM discutem Ato Médico

Décio Santos

O Conselho Federal de Medicina procurou o CFO para esclarecer polêmica em torno do Projeto de Lei 25/02, com a promessa de respeitar área de atuação da Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo-faciais

No dia 24 de janeiro, a diretoria do Conselho Federal de Odontologia recebeu em sua sede, no Rio, a presidente interina do Conselho Federal de Medicina, Livia Barros Garção (o presidente, Edson de Oliveira Andrade, estava no exterior), e o conselheiro Mauro Brandão, para discutir o projeto de lei 25/2002, que define competências e limites no exercício da Medicina. Estiveram presentes ao encontro cinco diretores do Colégio Brasileiro de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Faciais, incluindo seu presidente, Emanuel Dias de Oliveira e Silva, que também é conselheiro do CFO.

Ato Médico

Mais conhecido como Ato Médico, o PL 25/2002, de autoria do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), tem causado polêmica entre os conselhos de Saúde. O alvo das críticas tem sido a possível superposição da Medicina em relação às legislações já existentes que regulamentam as outras profissões de saúde. Com a aprovação da lei, os críticos afirmam que a classe médica estaria garantindo sua reserva de mercado sobre o direito de prestar diagnóstico ao paciente. Durante o encontro com a diretoria do CFO, a presidente interina do CFM argumentou que os médicos são os únicos profissionais de saúde a não possuírem sua área de atuação bem definida por uma lei federal. Esta seria, segundo ela, a única motivação do PL 25/2002, que aguarda o parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, para então ir à votação final no Congresso. O senador Althoff, que é médico, contou com a colaboração do CFM para desenvolver o texto do PL. No entanto, Livia Garção admite que precisa “discutir mais o assunto com todos”. Diante da diretoria do CFO ela



Miguel Nobre defende união de todos os conselhos de Saúde junto ao CFM. Ao fundo, a presidente interina do CFM, Livia Garção, e o conselheiro Mauro Brandão

garantiu que o mês de fevereiro seria dedicado a encontros semelhantes com todos os conselhos de Saúde.

CTBMF: menos uma polêmica

Pelo menos em relação ao CFO, pode-se dizer que a iniciativa do CFM surtiu efeitos práticos. Os dirigentes da Medicina garantiram que a definição de diagnóstico “médico-odontológico” referente à cirurgia buco-maxilo-facial passará a respeitar a área de atuação do cirurgião-dentista especializado em Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Faciais. Houve a promessa de publicação de uma resolução visando respeitar a autonomia destes profissionais da Odontologia. O texto da resolução deverá ser formulado por uma Câmara Técnica composta por CFO, CFM, AMB e Comissão Nacional de Residência Médica. “A CTBMF deve sair da esfera de especialidade médica, pois o CFO já tem sua regulamentação própria”, afirmou o presidente da entidade que representa estes especialistas, Emanuel de Oliveira e Silva, que disse ter saído da reunião com uma “expectativa positiva”. Mesma avaliação da presidente do CFM. “Saio da reunião certa de que temos tudo para superar qualquer diferença, até porque temos um inte-

resse em comum, que é a saúde, e nela a saúde bucal é um dos princípios máximos”, discursou, ao lado do conselheiro Mauro Brandão, que coordena a Comissão Nacional de Mobilização em Defesa do Ato Médico.

Ao final do encontro, os presidentes das duas autarquias discutiram a possibilidade de reunirem no futuro todos os conselhos da área para comemorar o Dia da Saúde. Falou-se inclusive na formação de uma comissão

dos conselhos de saúde voltada para desenvolver ações lobistas no Congresso Nacional, sempre que o tema for de interesse comum.

O presidente Miguel Nobre aposta no sucesso do CFM no sentido de esclarecer – e, se necessário, revisar – com os outros conselhos o teor do Ato Médico. “Para garantir a coesão de todas as profissões de saúde é preciso que as autonomias sejam preservadas”, sentenciou.

Exames para novas especialidades já começaram

Entraram na reta final os exames para as cinco novas especialidades em Odontologia: Disfunção temporomandibular e dor oro-facial, Ortopedia funcional dos maxilares, Odontologia do trabalho, Odontogeriatría ou Odontologia para pacientes com necessidades especiais.

Entre os dias 15 e 21 de janeiro, os memoriais dos candidatos – comprovando o efetivo exercício, há mais de 10 anos, na especialidade pretendida – foram avaliados pelas comissões designadas pelo CFO. Cada estado tem uma comissão de avaliação composta por três CDs com títulos de mestres e doutores.

Com relação à inscrição com base

na alínea A do artigo 6º da resolução CFO 25/02, vale lembrar que as inscrições encerram-se em maio. Para ter direito de pleitear o registro com base na alínea A, o interessado deve comprovar cargo de magistério, em curso de graduação reconhecido pelo MEC, ser responsável por disciplina específica da especialidade e ter pleno exercício na área há no mínimo cinco anos.

Já o concurso livre deve acontecer entre maio e junho, com data ainda a ser definida. Nesta modalidade (alínea C), o exame abrange apresentação de títulos, prova escrita e prático-oral. O prazo de inscrição neste concurso é 31 de março.

Libório Faria Júnior, presidente da Comissão Científica da ABD

Com uma visão multidisciplinar, a Associação Brasileira de Disfunção (ABD) congrega profissionais que atuam direta ou indiretamente na área de saúde e das disfunções. Libório Faria Júnior, presidente da Comissão Científica e ex-presidente da entidade, fala sobre a recente normatização da especialidade de "Disfunção têmporo-mandibular e dor orofacial".

Quais são os principais objetivos da ABD?

Fundada em 1997, a ABD tem conseguido, com o esforço de seus sócios, alcançar seus principais objetivos como pesquisar e realizar tratamentos das disfunções dentro de uma visão multidisciplinar, manter o intercâmbio científico e cultural com entidades da área de saúde e promover congressos, jornadas e outras atividades científicas. Restamos agora a manutenção e o incremento desses objetivos que, bem administrados, crescem e crescerão naturalmente.

A relação organizada dos profissionais que exercem "Disfunção têmporo-mandibular e dor orofacial" foi um fator importante para a normatização da especialidade?
Sem a menor sombra de dúvida. Nos cinco congressos que realizamos assistimos docentes estrangeiros se dobrarem à estrutura e ao desenvolvimento técnico e científico desenvol-

vidos por nós. Em reflexo natural de sua história, a ABD apresentou um completo programa para aprovação da nova especialidade, durante a assembleia preparatória da 2ª ANEO e este programa foi consagrado pela maioria dos colegas presentes no evento. Durante a 2ª ANEO, assistimos uma demonstração de cultura e democracia com o presidente do CFO, Miguel Nobre, conduzindo com sabedoria e responsabilidade a reunião e todos nós tivemos papéis relevantes durante o processo de normatização da especialidade.

Como o senhor avalia o reconhecimento dessa especialidade?

A aprovação só foi possível com o comprometimento de todos. Em favor da nova especialidade votou a grande maioria dos colegas cirurgiões-dentistas presentes na reunião da 2ª ANEO, foi a especialidade mais bem votada dentre as pleiteadas, o que demonstrou ser um anseio de toda a nossa classe.

Quais foram os principais temas tratados no V Congresso Internacional da ABD, que ocorreu em São José dos Campos, em outubro passado, e que avaliação o sr. faz deste evento?

O principal tema abordado foi a integração multidisciplinar entre as áreas especializadas da odontologia e entre a odontologia e as demais áreas da Saúde, ambas voltadas para o diagnóstico e tratamento das disfunções têmporo-mandibulares e dores orofaciais. Também foram bastante discutidas as pesquisas com aplicações clínicas e inovações tecnológicas nesta especialidade. Considerado um importante evento mundial nesta área da Odontologia, o congresso teve aprovação internacional dos colegas que participaram e percebemos um gradativo interesse da classe odontológica, se comparado com os anos anteriores.

Agenda

X Congresso Internacional de Odontologia do Distrito Federal

26 a 29 de março de 2003

Brasília – DF

Tema Oficial:

"Saúde Bucal e Justiça Social"

Informações:

(61) 346-3838

E-mail: abodf@abodf.org.br

XV Congresso Cearense de Odontologia e XIV Congresso Nordestino de Odontologia

14 a 18 de maio de 2003

Fortaleza - CE

Tema Oficial: "PSF, a Odontologia trabalhando a serviço da comunidade"

Informações: (85) 253-3636

E-mail: abo@abo-ce.org.br

X Congresso de Odontologia do Espírito Santo

18 a 21 de abril de 2003

Vitória – ES

Tema Oficial:

"Socialização da Odontologia – Utopia ou Realidade"

Informações: (27) 3337-8010

E-mail: aboes@terra.com.br

16º Congresso Internacional de Odontologia do Rio de Janeiro

12 a 16 de julho de 2003

Rio de Janeiro – RJ

Tema Oficial: "O novo perfil profissional do cirurgião dentista"

Informações: (21) 2504-0002

E-mail: aborj@aborj.org.br

Anuidade é legal

O juiz Hermes Gomes Filho, da 16ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte, deu ganho de causa ao CRO-MG na ação movida contra a autarquia pelo CD Amarílio de Vasconcelos Campos. A ação tinha por objetivo diminuir o valor da anuidade, mas não encontrou susten-

tação e foi julgada improcedente. Na mesma sentença, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais do dia 17 de janeiro de 2003, foram citadas diversas ações julgadas que confirmam a legalidade da cobrança realizada pelos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas.

Agradecimentos

Agradeço imensamente votos de sucesso e confiança depositados em mim. E também importante saber que posso contar com a colaboração deste segmento na tarefa de levar o Brasil ao crescimento.

Cordialmente,

Luiz Inácio Lula da Silva

Pres. da República Federativa do Brasil

Senhor presidente:

Honrado por ter sido escolhido pela soberania popular para liderar a próxima etapa da história do Rio Grande do Sul, e consciente da responsabilidade política e institucional que fui imbuído, agradeço sensibilizado os seus cumprimentos.

Atenciosamente,

Germano Rigotto

Gov. do estado do Rio Grande do Sul

Swedenberger Barbosa, secretário-executivo da Casa Civil

Pacto pela saúde bucal



Márcia Gouthier

A trajetória do secretário-executivo da Casa Civil, Swedenberger Barbosa, é um exemplo para a Odontologia brasileira e deve ser encarada como um sinal de que o governo Lula pretende, de fato, valorizar o sistema público de saúde. Cirurgião-dentista especializado em Saúde Pública, ex-presidente do Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal e ex-integrante do Conselho Nacional de Saúde, ele foi secretário de Governo do DF na administração de Cristovam Buarque (PT), entre 1995 e 98. Na equipe de transição de Lula, atuou na formulação de políticas públicas. Graças a esse currículo, Barbosa é hoje o segundo nome mais importante do ministério comandado por José Dirceu.

Pois é com essa autoridade que ele vê com preocupação a abertura indiscriminada de faculdades, e defende a ampliação da política de relações institucionais desenvolvida por entidades como o CFO.

"Acredito ser possível construir um pacto social pela saúde bucal", diz.

Há muita expectativa em torno do governo Lula. Podemos ter esperanças de que a saúde, especialmente a saúde bucal, será tratada como política de Estado, visando atender um número maior de brasileiros?

Este é um compromisso do presidente Lula. Até o momento, as administrações municipais e estaduais conduzidas pelo PT têm demonstrado ser possível ampliar a participação da Odontologia entre os serviços públicos de saúde dirigidos à população. Trazer estas experiências para o nível central de governo é uma das formas de dar seguimento à determinação do presidente. Vamos aumentar significativamente a assistência odontológica à população brasileira com a inclusão da saúde bucal nas ações de governo.

O governo lançou recentemente o programa Fome Zero. O CFO pretende contribuir para a mobilização social lançando a campanha Cárie Zero, já que dentes sadios são condição básica para consumir alimentos e ter saúde. Como cirurgião-dentista e membro do governo, qual a sua opinião a respeito dessa campanha?

Tem o meu total apoio. Aliás, uma década atrás escrevi um artigo divulgado pela Universidade de Brasília tratando dessa questão cujo título era: Fome e Saúde Bucal. Acredito que o mesmo seja bastante oportuno e isso me preocupa, pois significa que a inclusão social em nosso país anda muito lentamente. Parabéns o CFO pela iniciativa.

A abertura indiscriminada de cursos de Odontologia tem provocado uma distorção no número de profissionais, muitas vezes não atendendo às exigências mínimas de qualidade de ensino. Em contrapartida, não há uma melhora substancial no atendimento à população. Como o senhor avalia esse paradoxo?

Fui integrante do Conselho Nacional de Saúde por mais de quatro anos. Lá consegui aprovar uma resolução para que durante um intervalo de tempo não fossem aprovados novos cursos até que fosse feito

estudo de viabilidade das propostas e análise dos cursos atuais, sua relação com o quantitativo populacional e número de profissionais etc. Infelizmente, com a transferência da decisão final da abertura de novos cursos de saúde, antes afeto ao Ministério da Saúde, para o MEC, a indústria de novos cursos prevaleceu. Tendo a achar que ganhou o comércio e não a população. É urgente retomar esta pauta. As entidades odontológicas têm meu apoio dentro do governo para essa revisão.

O senhor foi a voz da Odontologia na equipe de transição. Que sugestões foram levantadas e quais os projetos que serão criados já nesse primeiro ano de governo? Como o senhor vê a relação da classe odontológica com os poderes Legislativo e Executivo?

O essencial é que todos entendam a necessidade da saúde bucal estar inserida de uma maneira mais forte na política de saúde do país, o que implica estar presente em todos os programas e ações de saúde, inclusive

na saúde do trabalhador. Nesse primeiro ano de governo, queremos viabilizar a próxima Conferência Nacional de Saúde, e a 3ª CNSB deve estar na pauta também.

A segunda questão diz respeito à retomada do Levantamento Epidemiológico de Saúde Bucal, de modo que a inserção citada no primeiro item ocorra da maneira mais profissional e eficaz possível. Vejo isso como algo perfeitamente possível.

A terceira dimensão é de caráter corporativo, com as entidades retomando pautas como salário mínimo, jornada de trabalho, custos operacionais com a profissão, desenvolvimento tecnológico etc. São pautas que têm interface com o governo federal e com o Poder Legislativo.

Para alcançar os objetivos de aproximar a saúde bucal da população brasileira, criando melhores condições para o exercício profissional, a ampliação das relações institucionais é fundamental. Creio que esta política deve ser mantida pelo CFO e demais entidades odontológicas, buscando cada vez mais parceiros e aliados. Acredito ser possível construir um pacto social pela saúde bucal, dentro do projeto maior de governar o Brasil conduzido pelo presidente Lula.

"(A campanha Cárie Zero) Tem o meu total apoio. Parabéns o CFO pela iniciativa"



E agora, presidente?

Ataíde Mendes Aires,
presidente do CRO-MA

Passada a refrega eleitoral, me detenho agora na análise das propostas do candidato eleito que terão viabilidade ou não. Dos estereótipos correntes sobre candidatos eleitos, o que nos desanima é a falta de seriedade em relação aos compromissos assumidos na campanha.

Contudo, acho que a democracia realmente amadureceu e a classe tra-

balhadora está cada dia mais imbuída do espírito verde-amarelo. A partir da nova legislatura, observamos que entre os novos deputados e senadores existe um maior número de congressistas que receberam o apoio da

nossa classe nos estados, além das ações constantes de conselheiros do CFO e dos Regionais junto a parlamentares solicitando ajuda para agilizar projetos que beneficiem a Odontologia no Congresso Nacional. Creio que graças à mobilização feita de norte a sul e considerando a boa vontade do Executivo, grande parte das nossas reivindicações será aten-

didada nos próximos quatro anos.

Os quatro principais candidatos foram ouvidos pelo Jornal do CFO. O sr. presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva (meu candidato) se comprometeu a melhorar o perfil da saúde bucal do povo brasileiro, através de ações de sua equipe no Ministério da Saúde, em parceria com as entidades de classe, no sentido de

e elevar o padrão da saúde e as condições de trabalho e emprego do cirurgião-dentista brasileiro.

Conclamamos nossos pares, conselheiros dos CROs, CFO e demais entidades de classe a continuarmos a

nossa luta junto às bases parlamentares dos estados a fim de conseguirmos a aprovação dos projetos de interesse da Odontologia, que beneficiem não só o cirurgião-dentista mas, principalmente, a população brasileira.

“Graças à mobilização feita de norte a sul e a boa vontade do Executivo, creio que grande parte das nossas reivindicações será atendida nos próximos quatro anos.”

FALE COM O PRESIDENTE DO CRO-MA: CROMA@ELO.COM.BR

Odontologia brasileira a serviço de todos

ABO (Associação Brasileira de Odontologia)
Tel/Fax. (51) 3332-7492
E-mail: abon.voy@zaz.com.br/
Site: www.abonac.org.br

Abeno (Associação Brasileira de Ensino Odontológico)
Tel/Fax. (31) 3232-9286
E-mail: abeno@abeno.br
Site: www.abeno.org.br

AcBO (Academia Brasileira de Odontologia)
Tel/Fax. (21) 2547-8266
E-mail: pgbrigagao@netrio.com.br
Site: www.acbo.org.br

CFO (Conselho Federal de Odontologia) Tel (21) 2262-0419 - Fax (21) 2533-6703
E-mail: cfo@cfo.org.br/
Site: www.cfo.org.br

FIO (Federação Interestadual dos Odontologistas):
Tel (62) 285-4619
Fax (62) 285-4824
E-mail: soego@zaz.com.br
Site: www.fio.org.br

FNO (Federação Nacional dos Odontologistas):
Tel (21) 2233-5879
Fax (21) 2263-6635
E-mail: fno@arras.com.br



Av. Nilo Peçanha,
50 - Grupo 2316
CEP 20044-900
Rio de Janeiro/ RJ

Jornal do Conselho
Federal de Odontologia · Ano 11
Nº 52 · Janeiro-Fevereiro de 2003
Edição nacional 242 mil exemplares

**IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 050200293-0
ECT/DR/RJ
CONSELHO FEDERAL
DE ODONTOLOGIA**

